

“OLHAR” O ESPAÇO URBANO: ALTERNATIVAS PARA COMPREENDER OS USOS DA CIDADE DE SOBRAL

Nilson Almino de Freitas*

RESUMO

A intenção deste artigo é fornecer ao leitor uma alternativa para o “olhar” rígido, frio e metódico geralmente expresso nos textos científicos referentes a compreensão do espaço urbano. A idéia não é abandonar o rigor científico, mas sim acrescentar a ele uma dimensão emocional. Esta dimensão pode ser vista como inerente ao “olhar” do “flâneur” típico, assim como na fala do “narrador” que fornece ao pesquisador a possibilidade de se perder e se envolver com as nuances, singularidades, detalhes tanto dos usos e das práticas dos habitantes da cidade, quando do que representa cada fachada, janela, porta, varanda, gramado ou bancos das edificações e espaços urbanos. Desta forma o pesquisador pode atingir novas possibilidades cognitivas, rompendo com o simulacro estreito e fechado de um modelo urbano racionalizado e disciplinado como propõe o modelo tecnoburocrático elaborado por um determinado tipo de pensamento cientificizante. A pretensão deste método é entender a cidade em seu coro polifônico e polimórfico, no qual vários itinerários visuais, sonoros e materiais se cruzam, compondo infinitas linhas virtuais de misturas imprevisíveis.

ABSTRACT

In this paper we will proceed in presenting a new way of reading the city, the traditional urban analyses based on the city plan leaves out its symbolic aspects and the way spaces are used and lived. Our concern is to offer new methodological instrument to create this polyphonic comprehension.

O “Olhar” da elite sobre a cidade: o caso do modelo oficial do Tombamento do Patrimônio Histórico em Sobral

No ano de 1999, a cidade de Sobral, 225 km de Fortaleza, comemorou 226 anos de seu reconhecimento político-administrativo como vila. Desde 1997, inúmeras iniciativas do poder público municipal direcionadas para a preservação do patrimônio histórico foram acionadas, tendo em vista conservar o núcleo urbano existente no tempo da Vila Distinta e Real de Sobral (período entre 1773 e 1841), assim como outros espaços edificados posteriormente considerados por este poder público como centrais para definição de uma tradição sobralense. Estas iniciativas culminaram no tombamento de uma parte da área urbana em 1999. Esta foi uma providência coerente com um movimento nacional que denota intenções de preservação do patrimônio histórico brasileiro, justificado pelo discurso da comemoração dos 500 anos do “descobrimento do Brasil”¹.

* Professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú, doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará.

No caso particular de Sobral, a Secretaria de Cultura, Desporto e Mobilização Social do município no ano de 1997, contratou técnicos do IPHAN para a realização de um estudo que justificasse tal iniciativa preservacionista. Efetivar esta intenção, dentre outras ações da Municipalidade, resultou em matérias e artigos recorrentemente comunicados pela imprensa local e estadual, representando e ressaltando a administração Cid Gomes (período 1997/2000) como modelo de governo “empreendedor” e, sobretudo, “moderno”.

Essa administração, eleita em 1996, desde o período da campanha eleitoral, constrói e projeta uma auto-imagem coerente com um movimento de um determinado segmento político no âmbito estadual inaugurado nas eleições de 1986, que resultou na eleição de Tasso Jereissati para o Governo do Estado. Este grupo político mais amplo que vem garantindo sua hegemonia no âmbito estadual se denominou, no primeiro mandato, de “Governo das Mudanças”. A condição de “moderno” é reafirmada no discurso deste grupo a partir de atributos diversos associados aos seus integrantes, tais como juventude, qualificação profissional, conduta ética na política, condição de gestão empresarial e racionalização no uso do patrimônio público. Este discurso nascido fora do contexto de Sobral é adaptado ao momento histórico das eleições municipais de 1996 na Cidade².

A “modernidade” expressa na gestão municipal Cid Gomes é comunicada a partir de seu *slogan* oficial que afirma: Sobral está “No Rumo Certo”. Esta expressão não se restringe ao aspecto político e administrativo e a idéia encontra ressonância no interior de distintos segmentos da elite da Cidade, sendo processada no sentido de definir um “Rumo Certo” para outros aspectos da vida social no contexto urbano. Exemplo disto são os *outdoors* que foram espalhados pelas ruas na ocasião da posse do bispo Coadjutor Dom Aldo Pagotto em 1997, que estampavam a frase: “Sobral no Rumo Certo, Tanto na Terra como no Céu”. O “Rumo Certo” nesta frase supera as prerrogativas políticas e administrativas e direcionam os “rumos espirituais” da população local.

Fazendo-se uma hermenêutica do discurso do “Rumo Certo”, percebe-se um contexto discursivo no qual a elite da Cidade constrói uma autoconsciência coletiva pautada em uma dimensão ufanista na qual a memória é mobilizada para expressar o desejo deste segmento social específico por um futuro promissor; um futuro que está sendo construído a partir de uma constância e de uma unidade de ações pretensamente universais, neutras e seguras, aplicadas no tempo vivido no presente e que se baseiam em idéias e ações ditas “modernas”. A constância e unidade destas ações representadas pela administração Cid Gomes, discursivamente, pretendem renovar marcas já consagradas de uma Cidade que viveu um tempo de “trunfo”. Ou seja, a idéia passada no discurso é de que Sobral está no “Rumo Certo”, assim como já esteve em passado mais recuado. A memória falada pela elite pretende projetar para a população como um todo uma possibilidade de integração na qual o que é bom para o cidadão sobralense é o que já é dele.

A partir deste discurso, o tombamento do patrimônio histórico de Sobral ganha uma conotação política na administração Cid Gomes. Justificado pelo **Estudo para Tombamento do Patrimônio Histórico de Sobral** (1997), patrocinado pela Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Mobilização Social, foi criado o “Corredor Cultural” que tem a pretensão de centralizar espaços e edificações situados em uma delimitação territorial selecionada. O poder público municipal justifica a seleção dos espaços situados no “Corredor Cultural” pelo que eles representam na idéia de preservação de uma “tradição sobralense”. Ou seja, o “Corredor Cultural” aglutina locus considerados pelo **Estudo**, geradores ou orientadores da construção das identidades individuais e de unidade de identificação coletiva.

Os espaços selecionados são supervalorizados quando localizados no “Corredor” por lembrar um passado de “glórias” e “opulência”. Servindo-se, dentre outras coisas, desta lembrança, o poder público municipal potencializa o discurso do “Rumo Certo” no presente é constrói uma legitimação para suas ações administrativas.

A imprensa, mais uma vez, cumpre um papel relevante no processo de projeção de imagens associadas a uma nobreza, excelência, estilo magnânimo, grave e austero que a Cidade guarda em seu núcleo urbano³. Desta forma, a idéia da preservação do patrimônio histórico é direcionada para justificar as práticas da municipalidade no “Rumo Certo”. Ou seja, o

passado, representado como rico e próspero, é idealizado como “centro referencial” ou exemplar para inspirar a efetivação da “modernização” da sociedade sobralense. A “modernidade” representa o “progresso”, desenvolvimento econômico, organização, planejamento, preparo e racionalização da sociedade no discurso da administração “Rumo Certo”.

O **Estudo** que justifica o tombamento auxilia neste processo de reprodução discursiva do grupo associado a Cid Gomes. O objetivo deste discurso é constituir uma cidade racional em contraposição à ilusória, errante, pautada no devaneio, na metáfora, na imaginação criativa e inesperada. A racionalização do espaço combate a incerteza, a insegurança e o sonho. É uma razão vigilante, controladora e utilitarista, que tenta elaborar uma lógica urbana transparente e higienizada. A emoção deve ser controlada neste discurso modernista, pois perturba a consolidação deste projeto de cidade racional, apesar de ser elemento estratégico de construção de imagens que a representam. Isto é, a comoção, imaginação sonhadora e romântica, passa a assumir outra conotação na imagem da cidade racional, havendo uma diluição da emoção na lógica utilitarista e pragmática da modernização urbana. É uma emoção interessada, ávida e ansiosa na efetivação de um projeto de cidade controlada. A cidade é representada a partir de princípios racionais emitidos por um segmento social específico: a elite da Cidade.

A representação não é uma falsa imagem, mas uma projeção elaborada por interesses específicos de determinados grupos sociais, a partir de estratégias pautadas em discursos recheados de autoridades morais e históricas. Ou seja, a elite projeta, a partir de uma autoridade que lhe é peculiar, imagens impostas aos demais. Através de sua autoridade, a elite justifica racionalmente as diferenças sociais, dando à sua posição “superior” uma dimensão positiva, racional; ou melhor, a sua condição de dominante é naturalizada no contexto das relações sociais, fornecendo à elite autonomia e legitimidade para praticar determinadas ações e efetivar projetos que, em contrapartida, ganham uma imagem de neutralidade voltada para o bem comum.

Porém, não se pode dizer que os membros de uma elite social pensem e ajam da mesma forma. Na composição deste segmento social específico, há conflitos internos que segmentam e hierarquizam seus membros. Desta forma, não formam um bloco homogêneo. O que os caracteriza como elite é exatamente a dimensão da “autoridade”, construída histórica e espacialmente. Em diferentes momentos e variados lugares articulam-se composições diferentes de acordo com os interesses dos que se envolvem neste processo. Muitas vezes, esta hierarquia não se dá somente pela força do poder econômico, mas também a retórica, a capacidade de se articular com distintos segmentos sociais, a empatia com aqueles que geram opinião, principalmente a imprensa, intelectuais, artistas, dentre outros, além de sua ligação com instituições sociais respeitadas socialmente, servem para legitimar a posição de um indivíduo como “autoridade” que deve ser respeitada e, conseqüentemente, ser considerado “o melhor” de uma sociedade. Dependendo do tempo e do lugar, podem-se encontrar diferentes composições do que seria definido como elite.

No caso de Sobral, podemos dizer que aqueles que hoje ocupam a municipalidade, por exemplo, legitimados por elementos imagéticos, como pertencer a uma família “tradicional”, ter qualificação profissional, ser jovem, empreendedor, todas representações imaginadas, projetadas e legitimadas por boa parte da elite da Cidade, fundamentam e confirmam sua “autoridade” para elaborar e implantar projetos no contexto do espaço urbano.

Desta forma, a partir do momento em que é efetivado um tombamento do patrimônio histórico em Sobral no modelo proposto, esta ação soma-se a um projeto imanente de racionalização e “modernização” da Cidade, proposto pelo segmento da elite que hoje ocupa o poder público municipal representado pelo prefeito Cid Gomes. Ao mesmo tempo, esta ação ganha uma dimensão histórica a partir do momento em que esta lógica racional urbana fundamenta-se em um passado pautado na idéia de tradição.

Segundo o que se argumenta no **Estudo** (1997), para o tombamento ser efetivado em Sobral, deve-se partir do pressuposto de que é necessário formular uma revisão da forma recorrente de definição de patrimônio histórico no Brasil. A idéia não é tombar edificações isoladas, como é corrente em boa parte das cidades brasileiras, e sim, toda uma área urbana. O

processo de justificativa elaborado pelo **Estudo** inicia-se com um levantamento relativo ao valor artístico e arquitetônico das edificações isoladas, e passa para a identificação de marcas deixadas nos espaços por traços e complexos históricos considerados importantes. A partir de então, o documento prega a necessidade do levantamento de dados relativos à “dinâmica funcional” (“fisiologia”) e “morfologia” atual dos espaços sociais da Cidade. A idéia era estudar a Cidade como testemunho da “evolução” da organização social. Ou seja, como o próprio **Estudo** diz, foram considerados aspectos relativos à dimensão artística, arquitetônica, histórica, etnográfica e arqueológica da Cidade.

A identificação “morfológica” da área urbana proposta pelo **Estudo** pretendeu apreender o espaço urbano fundamentando uma previsão de formas de intervenção para realçar sua identificação simbólica e arquitetônica, assim como possibilitar prever modelos de ação, visando a evitar atitudes “prejudiciais” a esta identificação formulada. A intenção explicitada no **Estudo** é conferir um caráter ou um significado à Cidade, a partir dos “bens espaciais referenciais” para os habitantes e o modo como estes bens se lhes apresentam. Nesta perspectiva, a opção metodológica do **Estudo** foi a de tentar perceber, a partir da perspectiva do observador, as condições de “orientabilidade”, identidade, “estímulo”, transparência ou “originalidade”, dominância de certos aspectos, diversidade de contrastes e composições ocorridas nas situações de registro seqüencial do conjunto de “estações” e dos “intervalos” da “topologia” do contexto urbano analisado⁴.

Desta forma, o documento não se contenta com o tombamento em si, mas pretende reafirmar a idéia de existência de um “centro referencial” exemplar no qual o sobralense em geral possa se lembrar de um “passado utópico” que inspire suas práticas, vislumbrando um futuro promissor construído a partir de ações necessárias no presente da Cidade.

Porém, qualquer cidade constitui um complexo que vai além das intenções e projetos de segmentos da elite. Sobral não é uma exceção. O poder público, que elabora e efetiva uma vontade de melhor ver a cidade para poder controlá-la, representa uma cidade em perspectiva observada por um olhar que inventa uma imagem elaborada do alto. É um modelo urbano panorâmico, visto através de um “olho celeste” com “poder onividente” pautado em processos técnicos organizados. O texto produzido na leitura da cidade, a partir desta perspectiva, constrói uma “cidade-panorama”, um simulacro teórico e visual que desconhece os entrelaçamentos dos comportamentos e dos usos dos habitantes no dia-a-dia (CERTEAU:1994).

Os que vêem a cidade de cima se esquecem dos que estão embaixo: os praticantes “ordinários” da cidade. Os caminhantes e pedestres relacionam seu corpo com espaços que são representados por eles de forma amorosa e, ao mesmo tempo, cega. Ou seja, a cidade habitada não é só racional como é vista pelo simulacro teórico, é construída por itinerários diversos compostos de desejos e memórias que elaboram poesias fragmentadas e múltiplas de uma cidade representada de formas infinitas e imprevisíveis. É um texto urbano escrito por histórias múltiplas que se cruzam, elaborando redes de escrituras compostas cotidianamente, estranhas ao espaço racionalizado, teorizado, geometrizado e planejado.

Estas histórias múltiplas ou experiências vividas no cotidiano são fontes fundamentais para a definição do conceito de cidade. O espaço urbano não pode ser visto somente como um fato morfológico e fisiológico como propõe o **Estudo** (1997), mas também como um conceito opaco visto de forma perspectiva e prospectiva que vai além do espaço racional, organizado e planejado por seus habitantes, através de suas táticas, astúcias cotidianas e “modos de fazer” o dia-a-dia (CERTEAU: 1994).

Cada história das múltiplas experiências vividas pelos indivíduos que moram na cidade não podem ser numeradas, seriadas ou quantificadas, mas qualificadas como estilo de apreensão singular que molda o espaço através das trocas simbólicas (BOURDIEU: 1990) inseridas nos jogos cotidianos de convivência no espaço urbano, mediados pelas relações de poder. Estes processos múltiplos de experiência podem auxiliar na elaboração de um mapa urbano das maneiras de transcrever as trajetórias preferenciais e dos usos urbanos que sempre vão estar longe de esgotar sua diversidade, refazendo-se todo tempo.

Os dois processos, o vivido e o racional, não são dicotômicos e excludentes, mas se alimentam reciprocamente. São dimensões de um conceito de cidade. O vivido destaca ele-

mentos particulares do espaço urbano e o representa como totalidade. O racional abre ausências no *continuum* urbano total através de generalizações teóricas. A relação entre os dois processos, o racional e o vivido, constrói significados urbanos a partir de “ilhas isoladas” e, ao mesmo tempo, singularidades aumentadas (CERTEAU: 1994). Neste movimento aparentemente contraditório caracterizado por “inchações”, diminuições, retórica teórica racional, fragmentações vividas cotidianamente, os sujeitos sociais elaboram culturalmente uma caracterização espacial com citações misturadas e justapostas com “buracos”, lapsos e alusões a outros espaços urbanos, construindo um conceito dinâmico de cidade.

A dimensão do processo racional de definição do espaço urbano constitui uma estrutura discursiva mítica, relatada a partir da bricolagem “negociada” no contexto das relações sociais pautadas no acesso desigual ao saber e aos meios materiais para construção e difusão de um modelo de cidade. O paradoxo neste modelo discursivo de uma cidade racional é que não dá aquilo que promete.

Um exemplo claro do que se fala é o modelo de tombamento proposto para Sobral. É um modelo que constrói uma morfologia e uma fisiologia do espaço urbano, objetivando um controle e uma transformação coerente com interesses e visões de mundo específicos dos que dominam os meios materiais, simbólicos e cognitivos de gerenciamento da Cidade. Como dito antes, isso não significa que o restante da população seja totalmente passiva a este modelo, pois ela participa do processo de bricolagem “negociada” através da sua experiência vivida particular. A questão é que o modelo racional de cidade tem a pretensão de esvaziar o poder classificador e qualitativo particular de cada situação vivida, fazendo valer o modelo de cidade elaborado racionalmente, universalizando o seu poder de significação, demandando neutralidade, inocência, imparcialidade e universalidade; modelo este que retroalimenta as visões dos modelos múltiplos da cidade vivida, através de promessas de um urbano abstrato que deve servir de referência para as condutas individuais e coletivas. Nesta promessa, o vivido é descredenciado do modelo teórico, engolido pela lógica tecnoburocrática ou racional da estrutura urbana.

Desta forma, o conceito de cidade é “empobrecido”, quando levado em consideração somente o racional que tem “medo” do sonho, do devaneio, da imaginação e, principalmente, da incerteza que caracteriza as histórias da cidade vivida. É importante para o controle racional do urbano selecionar e disciplinar as práticas significantes do vivido, pois elas inventam o espaço, apesar deste controle ser impossível de ser efetivado de forma absoluta. As imagens da cidade vivida pelo sujeito social cria interpretações do espaço urbano que através de táticas e astúcias discursivas, conseguem abalar a possibilidade de construção de uma rígida e absoluta estrutura teórica do modelo racional de ver a cidade.

A partir deste ponto de vista, os conteúdos deste espaço urbano particularmente vivido, consubstanciado em histórias e “lendas” cotidianas, fantasias e, principalmente na memória, passam a ser fundamentais para uma atividade de pesquisa, pois demonstram uma cidade viva, em movimento, pautada em memórias e não em uma lembrança unívoca de fatos históricos selecionados indicativos de uma “tradição inventada” (HOBSBAWN:1984) pelo modelo urbano planejado e abstrato.

O Perder-se na cidade: Proposta metodológica

O método para buscar estas experiências múltiplas ou “maneiras de fazer” o espaço (CERTEAU:1994) que estão além da cidade planejada parte da compreensão de fragmentos e lugares semânticos dispersos no espaço urbano de Sobral, a partir de falas sobre a cidade lembrada por seus habitantes. Para isso, é necessário perder-se na cidade, como propõe Canevacci (1993), e ter prazer nisso, aceitando a condição de tornar-se um estrangeiro, desenraizado, para poder reconstruir as imagens da comunicação urbana. Desta forma, o pesquisador pode atingir novas possibilidades cognitivas, rompendo com o simulacro estreito e fechado de um modelo urbano racionalizado e disciplinado como propõe o modelo tecnoburocrático elaborado pelo **Estudo**. A pretensão deste método é entender a cidade em

seu coro polifônico e polimórfico, no qual vários itinerários visuais, sonoros e materiais se cruzam, compondo infinitas linhas virtuais de misturas imprevisíveis.

Narrativas e Memórias: uma opção

Uma técnica que pode ser adotado é a compreensão da fala de cada cidadão que elabora associações com partes significativas da cidade e cria imagens de cada uma destas partes impregnando-as de lembranças. Desta forma, pode-se ver a cidade do modo como a percebem os seus habitantes, principalmente os que mais a experimentam. Neste sentido a memória pode ser o foco principal.

Parte-se, assim, do pressuposto de que estruturar e identificar o ambiente que vive é uma necessidade inerente para qualquer sujeito social. O urbano vivido é a matéria-prima para símbolos e reminiscências do indivíduo. O sujeito social é sugestionado pelo ambiente em relação às suas especificidade (LYNCH: 1997). Em contrapartida, o sujeito seleciona, organiza e confere significados ao que vê e ao que experimenta através de suas “artes de fazer” (práticas, táticas, astúcias e resistências à racionalização da vida cotidiana), elaboradas a partir de sua experiência de vida no presente pautado na memória do vivido (CERTEAU: 1994). A experiência de vida de cada um influencia nesta relação de reciprocidade entre indivíduo e espaço.

Portanto, a imagem de um espaço pode variar significativamente entre observadores diferentes. As mudanças físicas no ambiente urbano são sempre acompanhadas de medos, desejos, angústias ou ressentimentos. A lembrança do espaço transformado tanto do ponto de vista estético quanto sob o prisma simbólico, acompanha as mudanças do ambiente espacial, elaborando um sentimento e um significado diferente dele.

A memória é elaborada sobre os espaços ocupados por grupos sociais específicos, recorrendo, conseqüentemente, à realidade vivida no contexto de cada um deles. As lembranças do indivíduo dependem de seu relacionamento com grupos de convívio específicos. Portanto há tantas memórias quanto grupos existentes (HALBWACHS: 1990).

As lembranças constituem narração da vida carregada por grupos vivos, estando em constante transformação, aberta a reminiscências, assim como a esquecimentos (ZUMTHOR:1997). É vulnerável, seletiva, sensível a usos diversos e inconsciente de suas variadas versões. Ao mesmo tempo, é casuísta, não se filia a nenhum princípio, apesar de não rejeitar nenhum. Portanto, a memória é ambígua, pois qualquer princípio pode ser um instrumento justo para afirmação de uma lembrança (NORA: 1993).

O bom narrador da memória tem um senso prático. A história contada por ele tem em si mesma ou de forma latente uma dimensão utilitária que consiste em um ensinamento moral, sugestão, provérbio ou norma de vida. O narrador sabe dar conselhos, assim como sabe comunicar suas experiências de forma épica, denotando sabedoria. A narrativa da memória é uma forma artesanal de comunicação. É um ofício “manual”, pois tem a marca do narrador. Por situar-se no presente, a narração da memória está sempre em companhia da experiência acumulada de quem narrar (BENJAMIN: 1985).

A memória falada está sempre em aberto, evitando respostas definitivas, ao contrário do romance que está sempre descrevendo pedagogicamente um destino que, graças ao envolvimento que demanda, constrói a esperança de encontrar o próprio destino de quem o lê ou o escuta. A busca do romance é o “sentido da vida”, enquanto que a narrativa deixa em aberto esta busca, fornecendo somente pistas para uma “moral da história” (BENJAMIN: 1985).

A narrativa da memória tem como finalidade recortar interpretações de fatos, imagens e representações do passado para restituir o presente (LE GOFF: 1994). A memória sacraliza o conteúdo da narrativa, ao mesmo tempo que enfrenta com astúcia e arrogância a “prisão” do mundo racional do “caminho certo” e linear.

No caso da narrativa da memória sobre espaços urbanos, o conteúdo do que é comunicado demonstra o “sagrado” do espaço. Não como um ente controlador, mas como cumpri-

ce do narrador no exercício da liberdade.

Na nossa sociedade moderna e ocidental, os velhos, potencialmente, são bons narradores da memória, pois, ao contrário do adulto ainda ativo no mundo do trabalho, lhe é chegada a hora da evocação, desejo breve, porém intenso, de evasão de lembranças, do repouso e do relaxamento da “alma”. O adulto ativo geralmente não se ocupa muito com as lembranças, até porque não tem muito tempo para esta atividade que demanda despreendimento das exigências racionais do mundo do trabalho que controla, inclusive, o tempo (BOSI: 1994).

Culturalmente, resta ao velho, principalmente o aposentado, uma prerrogativa específica: ser guardião da memória da família, do grupo, da instituição ou da sociedade. A “obrigação” do velho é a de lembrar. Porém, nem toda sociedade têm o mesmo grau de expectativa com relação a esta prerrogativa que lhe é cometida.

As lembranças de velhos são faladas por um narrador que tem preconceitos, preferências e desejos que podem modelar o passado comunicado, recompondo sua biografia individual e grupal a partir de padrões e valores cultivados na sua experiência de vida (BOSI: 1994).

No caso da cidade contada por velhos com base na memória de sua experiência de vida, o conteúdo da narração tem origem em uma vivência particular. É a cumplicidade entre o sujeito e a cidade que está em jogo na narração. Ele e o grupo, no qual se insere ou representa, estão todo tempo presentes na narrativa sobre a memória da cidade. As “artes de fazer” o espaço e a cidade são particularizadas, segmentadas e dogmatizadas pelas lembranças dos velhos.

Partindo destes pressupostos, qualquer pesquisa que pretenda registrar a cidade, vivida a partir da narrativa da memória de velhos pertencentes a segmentos sociais distintos na cidade, deve levar em consideração não o conteúdo em si do comunicado tomado como fato histórico essencial, mas como processo “artístico” de produção de narrativas sobre o espaço. A narração das “artes de fazer” e dos usos da cidade, é central na interpretação da imagem sobre o espaço vivido.

Este método de interpretação da cidade não tende a elaborar uma contraposição entre a dimensão do espaço urbano abstrato e o espaço vivido no cotidiano, mas sim, tenta perceber a diversidade de “artes de fazer” a cidade a partir da narrativa de seus habitantes, principalmente os mais velhos, que, pressupõe-se, não exclui de forma absoluta a cidade proposta pela imagem modelada e organizada pelo discurso da elite⁵.

Outra opção: o Olhar do *Flâneur*

Outra forma de perder-se na cidade, que complementa e enriquece o modelo anteriormente proposto, é a incorporação, por parte do pesquisador, da forma de olhar a cidade particular ao *flâneur*. Para Benjamim (1991)⁶, o *flâneur* é o andarilho que vagueia pela cidade e se nutre através do olhar, do ouvir e do sentir através do tato das várias faces da cidade, embriagando-se com dados guardados na memória dos habitantes do lugar, assim como da experimentação do vivido. Ele constrói, através de sua êxtase por qualquer contato com tudo o que capta através de seus sentidos, de sua ociosidade de andarilho e de seus sonhos, um cenário paisagístico pintado de forma apaixonada, da cidade sentida e percebida em seus passeios. Esta paixão pode também ser relativizada por uma descrição densa da cidade por parte do pesquisador em vários aspectos.

O início deste processo se dá pela afirmação, lembrada por Ítalo Calvino (1990), de que toda cidade tem um pouco de outras cidades. Para diferenciá-la das outras, é preciso partir de uma primeira que parece implícita. Desta forma, toda descrição de uma cidade, principalmente no que cada espaço representa do ponto de vista simbólico, é uma versão, assim como um pouco de outras cidades. Um mapa das simbologias da paisagem urbana de Sobral, por exemplo, pode conter trajetos com “tintas” e “cores” diferentes, inscritos nos sentidos de quem vê, sendo difícil fixar no papel um mapa único. Os itinerários que a cortam perfazem “parábolas”, “arcos” e “linhas” invisíveis, subindo e descendo por todos os pontos,

fazendo de cada ponto uma trilha que vai ao encontro de uma dentre várias cidades possíveis de imaginar. Portanto, apesar de toda cidade ter um pouco de outras cidades, tem também demarcações específicas que a diferenciam nos vários pontos de vista possíveis (estético, ético, simbólico, econômico, demográfico e outras formas de ver).

As ruas, praças, casas, espaços públicos de diversão, mercados, dentre outros, não podem ser definidos de forma unidimensional. Todos estes espaços devem ser vistos como sínteses significativas de recortes múltiplos construídos por vários pontos de vista, oferecidos por diversos usuários. Eles, em suas tarefas, referências culturais, horários de uso e formas de emprego, redefinem a todo tempo os significados e “funções” de lugares particulares da cidade. Aqui fala-se de uso, prática e exercício nos espaços da cidade e não deles em si mesmos, portanto, o conceito de “função” não serve para a compreensão do espaço, pois induz uma definição ou conceito essencialista do espaço que tende a naturalizar e a ossificar apenas uma visão. O “olhar” do pesquisador nesta perspectiva tem que ser direcionado para a observação do movimento, do desordenamento constante dos significados comunicados pelos seus usuários que elaboram imagens múltiplas dos lugares.

A contradição e a ambigüidade é muito bem vinda nesta perspectiva. O que é público para o simulacro teórico racional, que homogeneiza a imagem dos espaços, pode ser privatizado nas práticas do homem comum, assim como o privado pode ser tornado público. A intenção não é mais perceber um ordenamento imanente do espaço urbano, e sim, através da percepção de seu movimento, compreender o desordenamento e ordenamento constante.

Esta postura demonstra um respeito à diversidade e ao movimento. Além disso ressalta a riqueza da experiência e dos pontos de vista tanto do observador como dos interlocutores envolvidos na construção de uma compreensão das imagens do espaço urbano. O trabalho com interlocutores e não com “informantes” concebe uma produção do conhecimento sobre o espaço que é fruto de uma relação entre sujeitos com experiências e visões de mundo distintas. Parte-se do pressuposto de que o pesquisador não está lidando com objetos, como a ciência moderna sempre postulou em suas práticas, reificando, ordenando e, conseqüentemente, simplificando a prática científica através de uma visão explicativa. As pessoas com as quais ele estabelece um diálogo e observa suas práticas são gente como ele, ambíguas, contraditórias, inseguras, cheias de medos, angústias e ressentimentos, assim como de alegrias e pulsões criativas.

A idéia de relação e de viver como o “outro” sujeito vive é fundamental para se perceber a diversidade, assim como os limites da ciência moderna. Ela não “dá mais conta da totalidade”, como se pretendia. O fruto do processo de produção do conhecimento, na proposta aqui exposta, é muito menos ambiciosa e vai de encontro a qualquer forma de objetivismo e coisificação da realidade. Este objetivismo deixa de lado o movimento e a particularidade, a especificidade, e tenta encontrar explicações que tendem a formular leis gerais de funcionamento da realidade. Neste sentido é que a proposta não é de se encontrar, mas sim, de se perder, para cada vez mais possamos perceber que a realidade é dinâmica e não estática e linear, como determinadas correntes da ciência moderna concebem. O objetivo do cientista deve ser sempre o de formular questões e suscitar dúvidas, e não de encontrar respostas prontas, acabadas, imutáveis e absolutas. Se fosse essa sua prerrogativa, principalmente a do que lida com a sociedade, e mais particularmente com o espaço urbano, este estaria muito mais no campo da religião do que da ciência. Ou seja, o seu discurso seria dogmático e fechado em si mesmo, não dando abertura a outras possibilidades de ver o real.

Referências Bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. 4ed., tradução Sérgio Paulo Rouanet, São Paulo, Brasiliense, Obras Escolhidas I, 1985.
- BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: Um Lírico no Auge do Capitalismo**. 2ed., tradução José Carlos Martins Barbosa & Hemerson Alves Baptista, São Paulo, Brasiliense, Obras Escolhidas III, 1991.

- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. 3ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. tradução Cássia R. da Silveira & Denise Moreno Pegorim, São Paulo, Brasiliense, 1990.
- CANEVACCI, Massimo. **A Cidade Polifônica**. Tradução Cecília Prada, São Paulo, Studio Nobel, 1983.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. 2.ed., tradução Ephraim Ferreira Alves, Petrópolis, Vozes, 1994.
- FREITAS, Nilson Almino. **Opulência e Tradição: espaços e lugares das representações sobre a “sobralidade”**. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Sociologia da UFC em 25 de outubro de 1999. Fortaleza – CE.
- FREITAS, Nilson Almino de. “Fronteiras Espaciais e Simbólicas da Identidade Brasileira: Proposta de Interpretação do Movimento ‘Brasil 500 Anos’”. in: SOARES, Maria Norma Maia (org.). **O “Descobrimento” e outras Descobertas**. Sobral, Edições UVA, 2000, pg.69-87.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo, Vértice, 1990.
- HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (orgs.). **A Invenção das Tradições**. tradução Celina Cardim Cavalcante, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 3ed., tradução Bernardo Leitão, Campinas, UNICAMP, 1994.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Empresários e Política: Dinâmica de Identidades**. Mimeo, texto apresentado no grupo de trabalho Cultura Política e Dinâmica de Poder da Associação Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).
- LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. tradução Jefferson Luiz Camargo, São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- NORA, Pierre. “Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares”. in.: **Revista Projeto História**. São Paulo, EDUC, 1993.
- SECRETARIA de Cultura, Desporto e Mobilização Social de Sobral. **Estudo para Tombamento do Patrimônio Histórico de Sobral**. mimeo, 1997.
- ZUMTHOR, Paul. **Tradição e Esquecimento**. Tradução Jerusa Pires Ferreira & Suely Fenerich, São Paulo, Hucitec, 1997.

¹ Sobre comentários do autor acerca dos projetos “Brasil 500 anos” e “Brasil outros 500”, ver FREITAS, Nilson Almino de. “Fronteiras Espaciais e Simbólicas da Identidade Brasileira: Proposta de Interpretação do Movimento ‘Brasil 500 Anos’”. in: SOARES, Maria Norma Maia (org.). **O “Descobrimento” e outras Descobertas**. Sobral, Edições UVA, 2000, pg.69-87.

² Sobre o “governo das mudanças” ver LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Empresários e Política: Dinâmica de Identidades**. Mimeo, texto apresentado no grupo de trabalho Cultura Política e Dinâmica de Poder da Associação Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Sobre a condição de “moderno” associado ao governo municipal de Sobral na gestão Cid Gomes ver FREITAS, Nilson Almino. **Opulência e Tradição: espaços e lugares das representações sobre a “sobralidade”**. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Sociologia da UFC em 25 de outubro de 1999.

³ Sobre as representações associadas à uma “sobralidade” (modo de ser sobralense) ver Freitas, op.cit.

⁴ Sobre uma análise detalhada do **Estudo**, ver FREITAS, op.cit., 1999.

⁵ Este modelo de pesquisa proposta está sendo desenvolvido pelo autor em sua pesquisa de doutorado que tem como título: Memórias e Narrativas: a cidade de Sobral vista por seus “velhos”.

⁶ O *flâneur* é retomado nos textos de Benjamin com base nos personagens e incidentes do dia-a-dia relatados por poetas como Charles Baudelaire no século XIX.
Revista da Casa da Geografia de Sobral, Volume 2/3, no. 1, 2000/2001